

VOLUME
XXIX BOLETIM DO
ARQUIVO DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

2016

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

• U • C •



O paradigma formativo do arquivista em Portugal

The training paradigm of the archivist in Portugal

MARIA BEATRIZ MARQUES

Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras

beatrizmarques35@gmail.com

Artigo entregue em: 12 de fevereiro de 2016

Artigo aprovado em: 17 de maio de 2016

RESUMO

O objetivo principal deste artigo é o de fazer uma sinopse histórica da formação de Arquivista em Portugal e das competências necessárias para o seu desempenho no século XXI, em particular o potencial do profissional de arquivos na gestão da Informação nas Organizações. Apresentam-se os resultados da avaliação efetuada pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior na área científica da Ciência da Informação. Assinala-se a importância da participação do arquivista na produção do conhecimento e no desenvolvimento socioeconómico, político, histórico e administrativo das instituições públicas e privadas. Destaca-se a formação humanística desse profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivista; Ensino Universitário; Ciência da Informação.

ABSTRACT

The aim of this article is to make a historical synopsis of the Archivist-training in Portugal and the necessary competencies for their performance in the twenty-first century, in particular the potential of professional file management

information in Organizations. It presents the results of an evaluation carried out by the Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education in the scientific area of Information Science. It points out the importance of the participation of the archivist in knowledge production and in social, economic, political, historic and administrative development of public and private institutions is also pointed out. Finally, the humanistic training of that professional is highlighted.

KEYWORDS: Information Professional; University Education; Information Science.

Introdução

Volvidos 16 anos do início do novo milénio, durante os quais ocorreram mudanças substantivas e transversais a todos os setores da atividade humana, quer a nível político, quer a nível económico, social, cultural, etc., consideramos que é chegado o momento de fazer balanços e de avaliar o que correu bem e o que podia ter corrido melhor na área da formação profissional da Arquivística.

Não é objetivo deste artigo desenvolver um estudo teórico exaustivo sobre o aparecimento e a evolução dos Arquivos e da Arquivística, não só porque já existem diversos sobre o tema a nível nacional, alguns dos quais citamos ao longo do texto, mas também porque analisamos a mudança paradigmática em curso apenas como suporte para a investigação desenvolvida sobre os modelos formativos existentes em Portugal, em contexto académico desde os inícios do século passado até aos nossos dias.

Neste contexto cabe-nos relevar que a Arquivística começa por ser uma técnica auxiliar da história, para assumir, nos finais da década de 80 do século passado, o estatuto ou carácter científico.

Atualmente, e graças ao aparecimento da Ciência da Informação (CI), da qual a Arquivística é uma disciplina, a par da Biblioteconomia, da Documentação e da Museologia, assistimos a uma renovação de cada campo disciplinar e ao aparecimento de uma visão sistémica da informação produzida, conservada e difundida pela e para a humanidade (MALHEIRO, 2015).

Independentemente da forma como ela foi produzida (análoga ou digital), do local onde se encontra armazenada, do tratamento que lhe é dado, dos canais de distribuição utilizados, a função memória é, e será sempre, o ponto de chegada da informação criada e recriada pelo ser humano.

Assim, o que muda é o valor da informação e não as funções tradicionais dos Sistemas de Informação de Arquivo, Biblioteca, Museu e Centro de Documentação.

As funções de Produção/Recolha/Aquisição, Conservação e Serviço da Informação assumem-se como cruciais para a criação da riqueza das nações no século XXI.

No âmbito da apresentação de um livro, a 31 de outubro de 2013, que surge como um dos produtos do Projeto SESA – *Seminários de Saberes Arquivísticos*, projeto conjunto entre várias Universidades Portuguesas (Porto, Coimbra), Instituto Politécnico do Porto e a Universidade Estadual da Paraíba, foi feita uma reflexão sobre a formação do Arquivista em Portugal.

Os resultados da investigação efetuada até 2013 são agora apresentados, tendo sido atualizados, recentemente, em função da avaliação da área Científica da CI desenvolvida entre 2014/2015 pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).

1. Paradigmas científicos da oferta formativa

“An information system is an organisation of people, materials and machines that serves to facilitate the transfer of information from one person to another. Its function is social: to aid human communication” (VICKERY, 1973:1).

A análise da oferta formativa existente em Portugal desde 1887 até 2014 denota uma pluralidade de paradigmas que conduziu, e conduz ainda hoje, à ausência de consenso a nível nacional sobre o que é a Arquivística, o que é um Arquivista, o que é a visão sistémica dos Arquivos e dos diversos Sistemas de Informação e, em última instancia, o que é a Ciência da Informação¹.

Esta diversidade “reflete, por um lado, a evolução do conceito de Arquivística, e por outro, as diferentes tradições Arquivísticas” (LOPEZ GOMEZ, 1994:2).

Paralelamente à heterogeneidade da oferta formativa nesta área científica, visível através das designações elencadas por todo o país, uma revisão pormenorizada dos diversos conteúdos previstos nas UCs propostas permite-

¹ O termo Information Science surge nos Estados Unidos em finais dos anos cinquenta (ver: DEBONS, Anthony – Information science. In ALA world encyclopedia of library and information services. 2nd ed. Chicago: American Library Association, 1986. ISBN 0-8389-0427-0. p. 354-358).

-nos concluir que ainda existem sérias dúvidas sobre o caráter da Arquivística, que tanto tem sido considerada como uma ciência autónoma, como uma disciplina, como uma técnica, ou ainda como uma disciplina científica.

Esta ausência de consensos deve-se, sobretudo, à evolução da própria história dos Arquivos e da Arquivística, como de seguida veremos.

De acordo com diversos autores, a sua génese remonta à Suméria:

“É ao aparecimento da escrita que remonta o nascimento dos arquivos e da Arquivística, bem como as novas ocupações, entre as quais a de arquivista. A escrita permitiu produzir obras literárias mas também serviu a administração” (COUTURE; ROUSSEAU, 1998: 29).

A Arquivística, nascida sob o signo da Revolução Francesa, surge associada à História Positivista, centrada na organização e descrição dos fundos documentais existentes nos Arquivos Nacionais, que permitiam desenvolver o estudo sobre a História de França² e dos diversos Estados/Nação.

Este conceito de fundo, formulado por Natalis de Wailly em 1841, serve de base ao que viria a ficar conhecido, mais tarde, em 1972, do outro lado do Atlântico, por Teoria das Três Idades dos Documentos, desenvolvida por Carlos Wyffels, com base no conceito de Ciclo vital dos documentos, a que correspondiam 3 tipos de Arquivos: o arquivo corrente, o arquivo intermédio e o arquivo histórico.

Esta teoria tinha, naturalmente, associados os conceitos de avaliação e gestão documental, desenvolvidos por Theodore Schellenberg com base no valor primário e secundário dos documentos.

De acordo com o modelo francês, que constituía o paradigma dominante à época – historicista, custodial e documental, a Arquivística era remetida ao papel de técnica ou disciplina auxiliar da História.

“A afirmação disciplinar da Arquivística e da Biblioteconomia e o consequente reforço da sua vertente mais tecnicista são consequências inegáveis da Revolução Francesa, dos ideais do Liberalismo e de todo o processo de nacionalizações que foi desencadeado, transferindo para a posse do Estado a documentação imprescindível à gestão patrimonial dos bens usurpados às classes dominantes no Antigo Regime e à redacção da História da Nação, ideal muito caro

² O Arquivo Nacional da França é criado em 12 de setembro de 1790 e assume-se como o 1º Arquivo Nacional do Mundo.

aos revolucionários que impuseram a nova ordem liberal.” (RIBEIRO, 2005B: 86).

Quer nesta configuração, quer no modelo da escola americana, não existia uma visão sistémica da informação produzida pelas organizações, que era compartimentada em 3 divisões, como se se tratasse da infância, da adolescência e da idade adulta da documentação.

Por isso, nesta ótica, que perdurou durante largos anos, em teoria até aos anos 90 do século passado, mas que na prática ainda vigora em muitas das nossas organizações, nomeadamente as de Ensino Superior, estamos perante uma menorização do valor legal ou probatório da informação produzida diariamente pelas organizações e a uma sobrevalorização dos arquivos ditos históricos.

Esta orientação era visível até na própria terminologia, como por exemplo na escola anglo-saxónica, nomeadamente nos EUA, onde o substantivo *Archives*, apenas era utilizado para designar os Arquivos Históricos, sendo os restantes tipos de arquivos designados por *Records Centers e Management* – consoante se estivessem a referir a Arquivos Correntes ou Intermédios.

Todavia, e pelas mesmas razões invocadas no pós-revolução francesa, a 1ª e a 2ª Guerra Mundiais marcaram um retrocesso no desenvolvimento do carácter científico da Arquivística, reforçando-se substancialmente a sua vertente técnica.

É, aliás, nessa linha/enquadramento que o conceito de Gestão Documental surge como resultado da necessidade de operacionalizar as grandes massas documentais que “entupiam” os arquivos históricos, tornando-os ineficazes do ponto de vista da gestão da informação neles contida.

Assim, a necessidade de avaliar, seleccionar, eliminar e descrever arquivos emerge como uma imposição categórica do pós-guerra.

No entanto, a corrente conservadora da Arquivística³, que tinha por base a ideia de que tudo que é eliminado jamais será recuperado, continuou a afirmar que a Gestão Documental era um “ato criminoso”.

É fundado neste paradigma historicista e custodial, que se dão os primeiros passos para o início de formação profissional, no domínio dos Arquivos e das Bibliotecas em Portugal.

³ Corporizada por exemplo por Elio Lodolini, uma das vozes mais sonantes contra a Gestão Documental.

Em 1887, é criado o Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista, que incluía disciplinas generalistas da área do Curso Superior de Letras, sendo as disciplinas técnicas lecionadas quer no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, quer na Biblioteca Nacional

É tendo este pano de fundo como paradigma que surge em contexto universitário, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 22 de março de 1911, data da sua criação e em Coimbra⁴ (FLUC), em 1935, os primeiros cursos de Bibliotecário-Arquivista a nível mundial (RIBEIRO, 2005A: 3).

Mas, a publicação do *Manual dos Arquivistas Holandeses*, em 1898, vinha pôr em causa o paradigma então vigente, não só pela visão integrada da Arquivística, menos patrimonialista, que pretendia transmitir, mas também por questionar a tradicional visão da Arquivística como uma técnica.

Assim, as ideias de Carol Couture e Jean-Yves Rousseau, vieram a constituir o ponto de partida para o desenvolvimento da Arquivística como disciplina autónoma.

“... obra que marca a entrada da disciplina arquivística numa nova era, autonomizando-a, pela via da técnica, da Ciência Histórica a que até então se mantivera ligada numa posição de subsidiariedade.”
(RIBEIRO, 2005B:87)

Em 1983 dá-se a 1ª reestruturação da oferta formativa existente na FLUC e criam-se os Cursos de Especialização em Ciências Documentais na FLUC e na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL). Dois anos mais tarde, esta formação passa também a ser oferecida pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

De acordo com este novo modelo, de natureza essencialmente técnica e profissionalizante, existia um tronco comum no primeiro ano, após o qual se fazia a opção por uma das duas áreas previstas de especialização: Bibliotecas e Centros de Documentação por um lado e, por outro, Arquivos. Até cerca de finais da década de 90 do século passado era esta a única oferta formativa para Arquivistas.

Todavia “A postura da escola canadiana de Couture e Rousseau, partidários da Arquivística integrada, a perspectiva da corrente personificada por Terry Cook em favor de novos critérios para a

⁴ Para mais informação, consultar o DL nº 226026, de 7/11/1935.

avaliação, ou ainda, também no Canadá, as investigações conduzidas por Terry Eastwood, Luciana Duranti e Heather MacNeil no sentido da validação e preservação do contexto de produção dos documentos electrónicos, são alguns exemplos ilustrativos da mudança que se procura operar, com vista a conferir um estatuto de cientificidade à Arquivística. Sinais desta mudança podem também encontrar-se nos Estados Unidos da América, por via de autores como David Bearman, Margaret Hedstrom, David Wallace ou Helen Samuels, para citar apenas alguns nomes dos mais significativos. Na Europa, a “escola” holandesa ou a “arquivística multifuncional” de Angelika Menne-Haritz, que personifica a Escola de Marburgo, são igualmente exemplos da nova perspectiva, que rompe, em muitos aspectos, com o modelo tradicionalmente aceite. E, mesmo em países da América Latina, como o Brasil ou a Argentina, assistimos a uma procura de fundamentação científica que põe em causa diversas facetas do paradigma dominante.” (RIBEIRO, 2002A:104)

Assim, a reforma da oferta formativa dos anos 80 do século XX, lançou as bases para o desenvolvimento da Ciência da Informação:

Enquanto disciplina científica, a Arquivística deixa de ter como objeto de estudo o documento (contínente), para passar a estudar a Informação Social (o conteúdo dos documentos, produzido, consumido e difundido ou monitorizado pelo ser humano).

No âmbito de um novo paradigma científico informacional, a informação Documental passa a ser considerada como um fenómeno/processo humano e social.

“...não há documento sem informação, mas sim o inverso, ou seja, informação para além do documento (suporte material externo), sendo este, afinal, um mero epifenómeno daquela... substituição da lógica instrumental patente nas expressões “gestão de documentos” e “gestão da informação” pela lógica científico-compreensiva da informação na gestão” (RIBEIRO, 2002B: 14 e 16).

Assim, no desenvolvimento desta nova perspectiva epistemológica, em muito decorrente do aparecimento de novos suportes de informação, de novos meios de comunicação e, concomitantemente, de uma maior produ-

ção documental, surgem novos modelos formativos ou reestruturam-se os existentes⁵.

O paradigma formativo deixa de acentuar o aprender a fazer (descrever para aceder), para passar a relevar o aprender a aprender (conhecer a formação/estrutura), ou seja, privilegiando a informação estratégica que pretende melhorar o funcionamento das organizações e contribuindo substancialmente para o seu desenvolvimento sustentável e para a tomada de decisões acertadas, em detrimento da informação que apenas servia, pelo menos até há muito pouco tempo, para satisfazer um segmento privilegiado de clientes – os historiadores e a investigação histórica.

Neste novo contexto científico e pós-custodial⁶, o arquivista passa a ser um produtor e um reproduzidor de conhecimento, com uma acentuada consciência social e com uma formação fortemente humanista e, naturalmente, tecnológica.

“Ser archivista pasa a ser un desafío difícil, pero interesante, pues urge repensar toda la herencia empírica milenaria y cuestionar el sentido de la profesión, ya no un cuadro de actividades de salvaguarda de patrimonio, pero si una perspectiva de acceso y conservación de información como factor de memoria identitaria del organismo productor.”(RIBEIRO, 2013:82)

⁵ Para a evolução paradigmática em curso muito contribuiu a Reforma do Ensino Superior, conhecida como Processo de Bolonha e a publicação do “Referencial europeu de competências e atitudes para os profissionais da Informação” (ECIA 2005), traduzido em francês em 1999 e em português em 2001, que introduziu novos conteúdos nas áreas da gestão, da tecnologia e da ciência da informação. Para além deste documento de referência a nível europeu, surgiram outros documentos com orientações específicas sobre as competências dos Arquivistas, Bibliotecários, Documentalistas, Cientistas da Informação, Engenheiros Culturais, ou como os queiram designar, nomeadamente, o Body of Professional Knowledge (CILIP); Shaping the future: ASERL’s Competencies for research librarians; Competencies for Information Professionals (SLA); Guidelines on Cultural work within the Information Society (Conselho da Europa); Guidelines for Professional Library/Information Educational Programs (IFLA); *Bibliofil – Le referentiel de la filière bibliothèque* (DPMA); Core competencies of Librarianship (ALA); Career Pathways (ALIA); The skills, role and career structure of data scientists and curators: an assessment of current practice and future needs (JISC); Competency index for the library field (OCLC); Federal Librarians Competencies (Library of Congress); Library and Information Science Education 2.0 project, Core competencies for 21st century (Carl librarians); New roles for new times: digital curation for preservation.

⁶ O primeiro curso de 1º CE (Ciclo de Estudos), aprovado por uma resolução do Senado da Universidade do Porto, de 21 de março de 2001 (publicada em: Diário da República. 2a série. 131 (6 Jun. 2001) 9.576), é ministrado conjuntamente pela Faculdade de Letras e pela Faculdade de Engenharia; entrou em funcionamento no ano lectivo 2001-2002, com um *numerus clausus* de 30 alunos e, neste primeiro ano, além de docentes das duas faculdades responsáveis pelo curso, integra também docentes de outras escolas da Universidade do Porto (Faculdade de Economia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e Escola de Gestão do Porto).

A Arquivística deixa de ser uma técnica ou uma disciplina auxiliar para, conforme à visão sistémica da informação, passar a ter um papel determinante desde a sua criação/produção, ao seu uso e à sua memória.

“Assim, e no âmbito de uma visão sistémica das organizações, consideramos que a excelência do seu funcionamento e do cumprimento da sua missão depende da relação existente entre os vários subsistemas de informação presentes e da capacidade de os gerir, de uma forma integrada, através de um planeamento, implementação e avaliação permanente. Esta visão gestáltica e global das organizações, privilegia a totalidade (o Sistema de Informação) e as suas partes componentes. Nesta nova abordagem organizacional, o importante é ver o todo e não cada parte isoladamente para visualizar o ambiente sistémico” (FERNÁNDEZ MARCIAL, GOMES E MARQUES, 2016:9).

O arquivo deixa de ser um Serviço de Informação para ser encarado como um Sistema de Informação, ao qual está inerente a disponibilização de serviços e produtos informativos.

“Assim um sistema de informação será, portanto, aquele que tem como núcleo central a informação e como finalidade a sua gestão... Neste sentido, a prática da gestão de informação traduz-se na criação de canais e meios para transmitir e aceder à informação, bem como acrescentar valor à mesma” (FERNÁNDEZ MARCIAL, GOMES E MARQUES, 2016:5).

Contrariamente ao que tinha sido anunciado pela Sociedade da Informação, o Sistema Informático ou Tecnológico de informação, presente em qualquer organização do século XXI, contribuiu substancialmente para uma melhoria acentuada na conceção e desenvolvimento dos processos arquivísticos, mas não contribui para a criatividade e para a inovação dos sistemas de informação, as quais só são possíveis através das pessoas, isto é, dos vários *Stakeholders* envolvidos no processo de Gestão, no caso específico em análise, do Sistema de Arquivo.

Assim, Gestão da Informação em CI significa:

“lidar, administrar, encontrar soluções práticas desde a génese até ao efeito multiplicador do fluxo da informação e compreende um

conjunto diversificado de actividades, a saber: produção, tratamento, registo e guarda, comunicação e uso da informação” (SILVA, 2006: 148-149).

2. A formação do Arquivista em 2013/ 2014

“O currículo não é um produto mas um processo que envolve professores, alunos, profissionais de áreas afins, representantes do mercado de trabalho etc., na sua elaboração e avaliação. Construir ou alterar um currículo pressupõe pesquisar o conjunto de aspectos que envolvam o perfil do profissional que se pretende formar. Isto significa promover novas posturas junto aos alunos e professores, sob pena de, em nome de uma proposta curricular até arrojada, conservar-se elementos de uma Arquivística científica e socialmente desfasada. O currículo deve ser visualizado não como um ponto de partida, mas como reflexo de uma política educacional”.

(JARDIM, 2001: 5)

2.1. Grau de Licenciatura ou 1º Ciclo de Estudos (CE)

Até 2013 existiam em Portugal, dispersas pelo setor público e privado, oito Universidades e um Instituto Politécnico, que conferiam o grau de Licenciatura, 1º CE, na tradicional área BAD (Bibliotecas, Arquivos e Centros de Documentação), as quais tinham diversas designações que, *per se*, refletiam a (des)orientação da formação ministrada em cada estabelecimento de ensino.

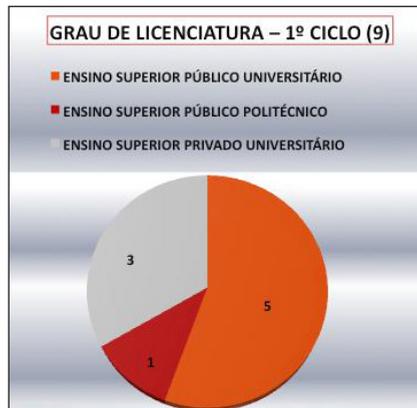


Gráfico n.º 1

Da análise do gráfico nº 1 podemos concluir que a maioria da formação autorizada pela Direção Geral do Ensino Superior (DGES) se concentrava no ensino superior público (6), sendo bastante recente e residual a oferta desta área no setor privado.



Gráfico nº 2

A partir da leitura do gráfico nº 2, podemos constatar a diversidade na designação das Licenciaturas, o que denota uma certa dificuldade em fixar o eixo central do CE, o que vai ter, naturalmente, implicações não só na estrutura de desenvolvimento das Unidades Curriculares (UC) como nos seus respetivos conteúdos.

O decréscimo no número de alunos candidatos ao Ensino Superior em todos os domínios ou áreas científicas, porventura aliado a uma recessão demográfica e ao constrangimento no acesso a lugares no setor público do Estado, onde se encontrava a grande maioria das instituições empregadoras para este tipo de formação ministrada, conduziu a que sobretudo no setor privado, se tenha deixado de oferecer esta licenciatura, ainda que devidamente autorizada pelo órgão de acreditação do Ensino Superior.



Gráfico n.º 3

Assim, a Universidade Fernando Pessoa e a Universidade Portucalense, deixaram de oferecer a Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação e, no setor público do Estado, a Universidade do Algarve, deixou de oferecer o 1.º CE em Ciências Documentais e Editoriais.

A grande maioria das UCs debruçava-se essencialmente sobre as disciplinas da área da Biblioteconomia e da Documentação. As UCs que na sua designação incluíam uma referência a Arquivo e/ou a Arquivística eram em número muito reduzido de:

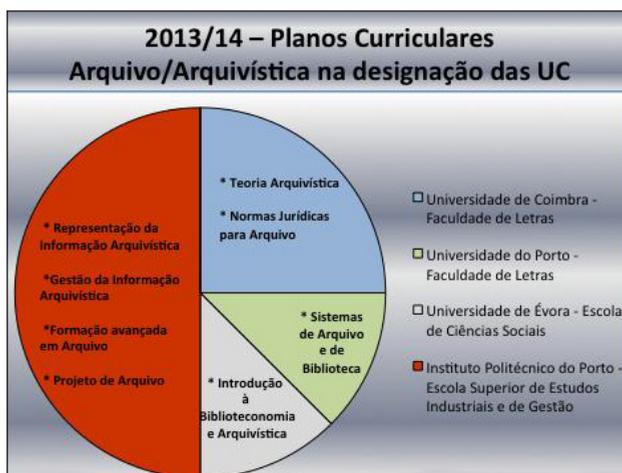


Gráfico n.º 4

2.2. Grau de Mestrado ou 2º Ciclo de Estudos (CE)

No que diz respeito à área científica em apreço, se, por um lado, diminui a oferta formativa no 1º CE, por outro lado proliferam substancialmente as ofertas no 2º CE.

Daqui podemos inferir que os fatores de natureza económica, contribuíram significativamente para as mudanças ocorridas na oferta formativa, nomeadamente o valor mais elevado das propinas, o qual, apesar de, tal como no 1º CE, variar entre as várias Universidades Públicas e as Universidades Privadas, é substancialmente diferente do valor pago pelos alunos da Licenciatura.

Assim, e como podemos verificar a partir da análise do Gráfico número 5, surgem 13 ofertas de Mestrados no território continental, concentrados maioritariamente, tal como acontecia no CE anterior, no Setor Público do Estado.

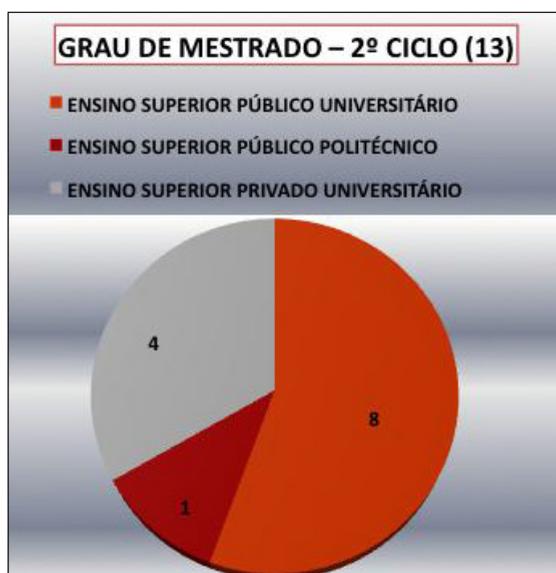


Gráfico n.º 5

A diversidade de designações é novamente uma constante, com as consequências já referidas anteriormente.

Da análise efetuada, verificou-se uma total ausência de consenso na designação dos CE oferecidos, de que são exemplos os Mestrados de Ciências da Documentação e da Informação, oferecido pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; de Ciências da Informação e da Documentação

(oferecidos pela Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora; pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e pela Universidade Fernando Pessoa).

Apenas os 2^{os} CE da Universidade do Porto, de Coimbra e da Universidade Portucalense assumem a designação – CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.



Gráfico n.º 6

Dos 13 Mestrados autorizados, no ano letivo 2013/2014 apenas 11 estavam em funcionamento.

A exemplo do que se passava no CE anterior, a grande maioria das UCs continua no 2^o CE a debruçar-se essencialmente sobre as disciplinas da Biblioteconomia e da Documentação. A partir da análise dos conteúdos das UCs oferecidas pelas Universidades elencadas no Gráfico n.º 7, podemos concluir que o paradigma custodial é o dominante na quase totalidade da oferta formativa disponível.

Analisando as UCs que continuam na sua designação a referência a Arquivo e/ou a Arquivística verificamos o seu número muito reduzido:



Gráfico nº 7

2.3. Grau de Doutoramento ou 3º Ciclo de Estudos (CE)

As exigências necessárias ao funcionamento deste CE, um número suficiente de professores com formação adequada, reduzem substancialmente a oferta formativa a este nível, estando autorizado apenas o funcionamento de 3 Cursos conducentes ao grau de Doutor nesta área científica.



Gráfico nº 8

Dos 3 Doutoramentos autorizados, apenas 1 era oferecido por uma Universidade Pública:



Gráfico n.º 9

Ainda que indiretamente ligado a esta área científica, dado não estar classificado como tal, também já funcionava, em consórcio entre a Universidade de Aveiro e a Universidade do Porto, o Curso de Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais (ICPD).

Entretanto, devido à falta de candidaturas, o Curso de Doutoramento oferecido pela Universidade de Évora foi suspenso no ano letivo 2013/2014.



Gráfico n.º 10

3. A formação do Arquivista a partir de 2015-2016

“Educating large numbers of people to a high standard and disseminating knowledge can be considered as the main objectives of today’s higher education sector. Since the stakeholders (students, administrators, faculties and various public entities) are from diverse sectors of society, it makes the higher education sector very complex, demanding and competitive. In the higher education sector, being excellent can be interpreted as ‘very good’ or ‘exceptional’” (KÔMURCUGIL, 2014:21.).

Como se pode comprovar através da análise anterior, a multiplicidade de cursos oferecidos nesta área científica, a partir de finais da década de 90 e inícios do ano 2000, sobretudo ao nível do ensino superior privado, é uma evidência, que também ocorre nos restantes domínios científicos.

De facto, a ausência de diplomados no Ensino Superior e nos outros níveis de ensino, fruto do sistema político dominante vivido em Portugal até 1974, que restringia a educação a elites privilegiadas e a via como uma forma de controlar as ideias contrárias ao regime instalado para manter o status quo, conduziu à necessidade de melhorar os diversos níveis de ensino e de aumentar a oferta.

Neste contexto, sobretudo a partir da década de 90 do século passado, assistimos a uma multiplicação da oferta formativa e, até, a um certo descontrolo da avaliação da sua qualidade.

Por isso, no sentido de avaliar o Ensino Superior em Portugal e melhorar a qualidade da Oferta Formativa, foi criado um órgão autónomo, responsável no país pela avaliação e acreditação do ensino superior, nas mais diversas áreas científicas, que iniciou a sua atividade em 2009, a A3ES:

“Instituída pelo Estado através do Decreto-Lei nº 369/2007, de 5 de novembro, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), é uma fundação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, dotada de personalidade jurídica e reconhecida como de utilidade pública. É independente no exercício das suas competências, sem prejuízo dos princípios orientadores fixados legalmente pelo Estado”⁷...que tem como Missão “garantir a qualidade do ensino superior em Portugal, através da avaliação e acreditação das

⁷ <http://www.a3es.pt/pt/o-que-e-a3es>

instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos, bem como no desempenho das funções inerentes à inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior”⁸.

Após uma avaliação preliminar de todos os CE existentes em Portugal até 2010-2011, inicia-se, em 2012, um processo de “avaliação e acreditação, sistemática e rigorosa de todos os ciclos de estudos em funcionamento, visando a melhoria da qualidade global do sistema e da sua oferta educativa”⁹.

A área científica da Ciência da Informação - 322¹⁰ - ministrada no Ensino Superior, foi objeto de Avaliação Externa no ano letivo 2014/2015.

Tal como era previsto, muitos dos CE em funcionamento não se candidataram a esta avaliação, aproveitando a oportunidade ou para reestruturar a oferta existente, de acordo como os novos paradigmas formativos, ou mesmo para encerrar os respetivos CE.

Assim, das 9 Licenciaturas autorizadas no ano letivo 2013/2014, apenas se encontravam em funcionamento 6; e a partir do ano letivo 2015/16, a oferta formativa de 1º CE autorizada a funcionar, viu o seu número reduzido para metade por iniciativa das próprias escolas (3).

3.1. Grau de Licenciatura ou 1º Ciclo de Estudos (CE)

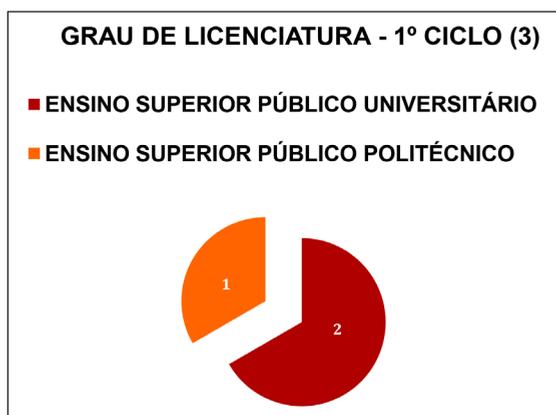


Gráfico n.º 11

⁸ <http://www.a3es.pt/pt/o-que-e-a3es/missao>

⁹ <http://www.a3es.pt/pt/o-que-e-a3es/plano-estrategico>

¹⁰ Classificação da área principal do ciclo de estudos (3 algarismos), de acordo com a Portaria n.º 256/2005, de 16 de março (CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO CNAEF). <https://www.fc.ul.pt/sites/default/files/fcul/formacao/CNAEF.pdf>

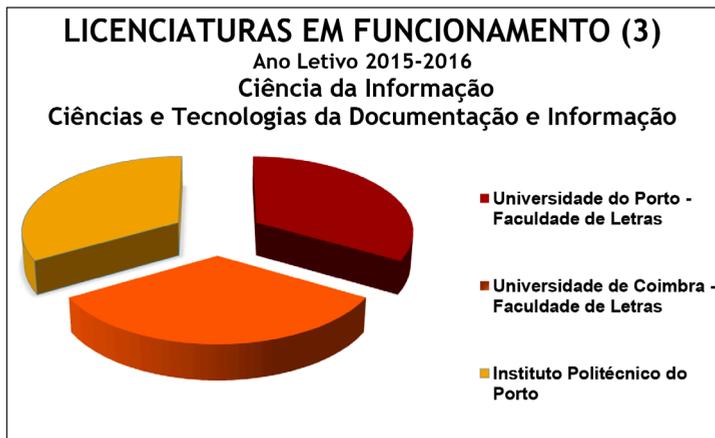


Gráfico nº 12

No âmbito do novo paradigma da CI, a análise das UCs que continham na sua designação a referência a Arquivo e/ou a Arquivística revela-nos que o seu número é muito reduzido. Com efeito, apenas duas das três Licenciaturas oferecidas mantêm nas denominações aquela referência, embora, a análise dos conteúdos ministrados nos permita concluir que persiste a distinção clara entre o Sistema de informação de Arquivo e o Sistema de informação de Biblioteca ou de Centro de Documentação:

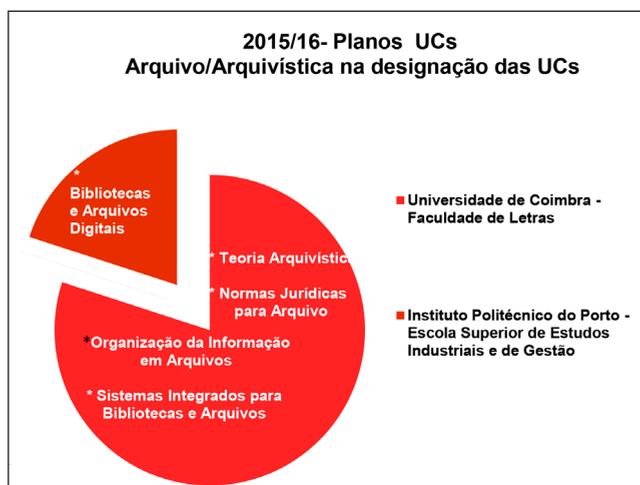


Gráfico nº 13

3.2. Grau de Mestrado ou 2º Ciclo de Estudos (CE)

Foi sobretudo na oferta do 2º CE que a redução da oferta formativa foi mais significativa. Dos 13 Mestrados autorizados no ano letivo 2013/14, dos quais apenas funcionavam efetivamente 11, apenas 5 receberam permissão para funcionar no ano letivo 2015/16, sendo que, e a título de exemplo do que fizeram algumas Organizações de Ensino Superior, a Universidade do Algarve decidiu não abrir vagas para o ano letivo 2016/17.

Diversas razões podem explicar esta atitude: por um lado, a incapacidade de cumprirem as condições impostas pelas CAE, por outro lado, o eventual aproveitamento das sugestões feitas para submeterem um novo CE, de acordo com os novos paradigmas da CI.

É também de salientar que nenhuma Instituição de Ensino Superior Privada submeteu qualquer 2º CE para avaliação e acreditação, facto que pode significar um desinvestimento estratégico nesta área científica, suficientemente coberta pela oferta formativa do Ensino Superior Público, para a satisfação das necessidades do mercado.

Esta situação denota também um recuo de cerca de 30 anos, voltando-se quase em absoluto à oferta disponível nos anos 80 com os Cursos de Especialização em Ciências Documentais das FLUC, FLUL e FLUP.



Gráfico nº 14

Apesar de ter sido acreditado - em 2014 - pela Comissão de Avaliação Externa (CAE), o Curso de Mestrado em Ciências Documentais oferecido pela Universidade do Algarve foi descontinuado pela Instituição de Ensino Superior (IES) em outubro de 2015, pelo que não abrirá vagas no ano letivo 2016/17.

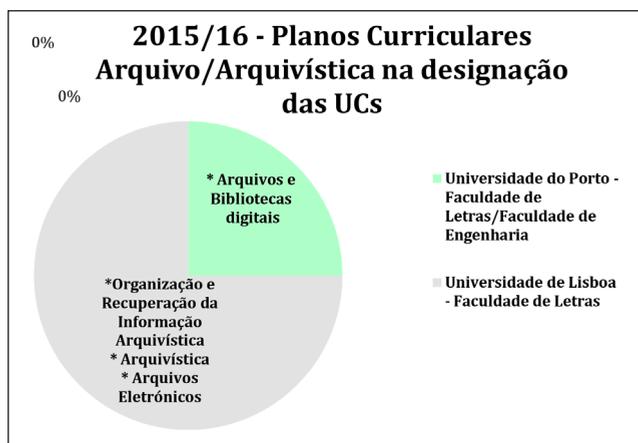


Gráfico nº 15

Da análise do Gráfico nº 15, podemos concluir que, para além da diminuição significativa da oferta formativa de 2º Ciclo, ocorreu também uma mudança expressiva do número das designações das UCs; todavia, os resultados de uma análise mais exaustiva das diversas FUCs permitem-nos concluir que não só estão presentes diversos conteúdos sobre os Sistemas de Informação de Arquivo, mas também se ministram matérias dos domínios dos Arquivos e da Arquivística, sob um “chapéu” ou designação que em muito pouco lhes diz respeito, sobretudo se encararmos as denominações de forma holística.

3.3. Grau de Doutoramento ou 3º Ciclo de Estudos (CE)

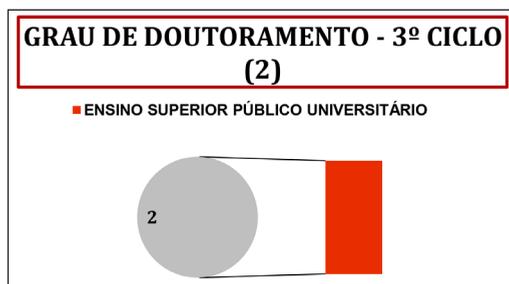


Gráfico nº 16

Pelas mesmas razões antes apontadas, ainda que a situação relativa à ausência do número suficiente de professores com formação adequada se tenha alterado substancialmente nos últimos 3 anos, talvez devido ao “congelamento” das entradas na Função Pública, ou, quiçá, à falta de vontade política das Instituições de Ensino Superior para a contratação de professores doutorados nesta área científica. Assim, apenas está autorizado, no ano letivo 2015/16, o funcionamento de 2 Cursos conducentes ao grau de Doutor: o da Universidade de Coimbra, ministrado na FLUC e o das Universidades do Porto e de Aveiro (ICPD), o qual foi entretanto reclassificado na área científica de CI – 322.

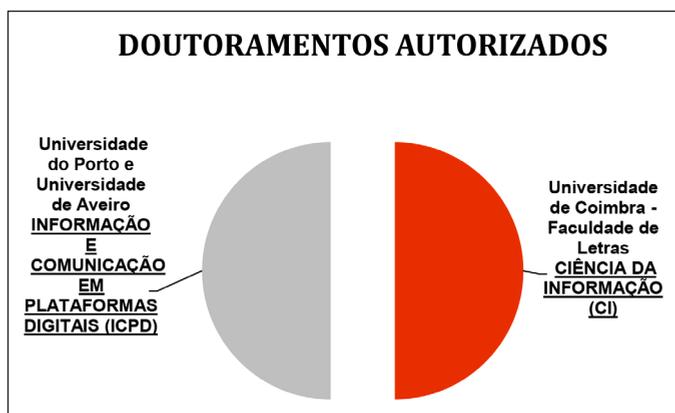


Gráfico n.º 17

Conclusão

Em jeito de súpula, podemos afirmar que o futuro dos Arquivos, da Arquivística e dos Arquivistas implica um diálogo permanente entre os Sistemas de Arquivo, de Biblioteca, de Museu e a Sociedade em Geral, com o objetivo de auscultar as suas expetativas e necessidades de informação.

Tal como afirma Heloísa Bellotto:

“deve haver um diálogo constante entre a concepção que o arquivista tem do arquivo e a forma pela qual a sociedade expressa suas necessidades. consistente em qualquer nível profissional, as estratégias de aprimoramento de ensino, de capacitação ou de prática profissional não terão resultados” (BELLOTTO, 2004: 301-302).

Esse diálogo, independentemente do interlocutor ser um país, uma empresa, uma universidade ou uma administração local tem de ter sempre em linha de conta as diversas variáveis que intervêm no desenho dos Sistemas de Informação de Arquivo, privilegiando sempre as variáveis exógenas em detrimento das variáveis endógenas.

Assim, o desenho da estrutura dos modelos formativos deve refletir as necessidades da Sociedade do Século XXI no domínio da Informação.

Ora, a vulgarização das novas tecnologias da informação que permitiram uma informatização crescente das atividades nas diversas organizações e nos seus processos administrativos, afigura-se-nos como um grande problema de natureza técnica e financeira para o futuro das organizações, em geral, e dos Sistemas de Informação de Arquivo, em particular.

Assim, consideramos que o grande desafio dos Sistemas de Arquivo, dos Arquivistas e das Universidades no século XXI é aliar a componente tecnológica da formação oferecida ou assimilada, à componente técnica e humana, contribuindo assim para o cumprimento do objetivo nuclear que esteve e está na génese da sua criação, enquanto organizações sociais – o desenvolvimento e a felicidade de uma sociedade cada vez mais desigual e menos capaz de tomar decisões conducentes ao desenvolvimento sustentável.

Uma Sociedade cada vez menos capaz de usar em seu benefício a riqueza das Nações no século XXI – a Informação.

Bibliografia

- BELLOTO, Heloisa. L. (2004) - *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves (1998) - *Fundamentos da disciplina Arquivística*. Lisboa: Dom Quixote.
- ECIA - European Council of Information Associations (2005) - *Euro-referencial IID*. Disponível em http://files.incite.pt/worddoc/EuroReferencial_P.pdf (acedido em 5/12/2015).
- FERNÁNDEZ MARCIAL, Viviana; GOMES, Líliliana Isabel Esteves e MARQUES, Maria Beatriz (2015) - Perspetiva teórica e metodológica em sistemas de informação complexos. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. 4, p. 3-21.
- JARDIM, José Maria (2001) - A formação do arquivista na sociedade da informação. *Cadernos BAD*. 7, p. 1-7.
- LODOLINI, Elio (1993) - *Archivística: princípios y problemas*. Madrid: ANABAD.
- LOPEZ GOMEZ, Pedro (1994) - Formacion archivística: especialistas y/o generalistas. In *CONGRÈS INTERNATIONAL DES ARCHIVES*. 12.

- MULLER, S.; FEITH, J. A. e FRUIN, R. (1973) - *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Ministério da Justiça, Arquivo Nacional.
- RIBEIRO, Fernanda (2002A) - Da arquivística técnica à arquivística científica: a mudança de paradigma *Revista da Faculdade de Letras - CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO*. 1, p. 97-110.
- RIBEIRO, Fernanda (2002B) - *O desafio da formação profissional: novo paradigma, novo modelo formativo*. Disponível em WWW:<URL.: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1241.pdf> (acedido em 5/01/2016).
- RIBEIRO, Fernanda (2005A) - Formação e mercado de trabalho em Informação e Documentação em Portugal. *VI Coloquio Internacional de Ciencias de la Documentación*, p. 1-21.
- RIBEIRO, Fernanda (2005B) - Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso? *Revista da Faculdade de Letras - CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO*. 4, p. 83-100.
- RIBEIRO, Fernanda (2013) - Una archivística en la era post-custodial: reflexiones sobre un cambio del paradigma en curso. *Boletín Ciencias de la Información*. 2, p. 77-82.
- SHELLENBERG, Theodore R. (2006) - *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- SILVA, Armando Malheiro da (2006) - *A Informação : da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto : Edições Afrontamento; CETAC.COM.
- SILVA, Armando Malheiro da (2015) - Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação : em busca da clarificação possível... *Cadernos BAD*. 1, p. 103-124.
- SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2002) - *Das ciências documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento.
- VICKERY, Brian Campbell (1973) - *Information Systems*. London : Butterworth.